

PARECER
DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 080/2024.
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

EMENTA: PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº. 080/2024, DE AUTORIA DO VEREADOR VALDEMIR OLIVEIRA DIAS – QUE DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DO TERREIRO DE KETU-FÃ, YLÊ ASÉ OMÍN YÍA LODO IDE - EM CONSONÂNCIA COM PARECER JURÍDICO EXPEDIDO PELA ASSESSORIA JURÍDICA DESTA CASA LEGISLATIVA, CONFORME DISPOSIÇÃO ART.30, I DA CF/88 (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988); DO ART. 41, IV DA LOM (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).

PARECER Nº. _____

MATÉRIA : Projeto de Lei Ordinária Legislativo - 080/2024

AUTOR: VALDEMIR OLIVEIRA DIAS

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo Nº 080/2024 de autoria do Ilmo. Vereador Valdemir Oliveira Dias, que tem por objetivo declarar de utilidade pública da **Associação do Terreiro de KETU-FÃ, YLÊ ASÉ OMÍN YÍA LODO IDE.**, CNPJ: 53186162/0001-22, com endereço sito a Avenida Três, Rua 09, Lote 77, Loteamento Vila Eliza Bairro Espírito Santo, Cep 45038-375.

Cumprе observar que a declaração ou reconhecimento de utilidade pública vincula-se ao interesse da coletividade, dessa forma, ao trabalhar em favor do interesse coletivo, a entidade adquire

uma utilidade, voltada ao bem estar social, a concessão do título de utilidade pública, traduz o reconhecimento, no caso, em âmbito municipal, dos relevantes serviços realizados, pela entidade, de forma desinteressada a sociedade.

A matéria tratada no Projeto de Lei Ordinária Legislativo, está em consonância com o regramento constante na Constituição Federal do Brasil de 1988 artigo 30, inciso I; e da lei Orgânica do Município de Vitória a Conquista, artigo 41, inciso IV, conforme pode ser observado no parecer jurídico exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa.


II - CONCLUSÃO

Em reunião para deleiberação, após análise e debate entre os membros desta comissão, Aprovam a tramitação do Projeto de Lei Ordinária Legislativo, para reconhecer e declarar a utilidade pública da “ASSOCIAÇÃO DO TERREIRO DE KETU-FÃ, YLÊ ASÉ OMÍN YÍA LODO IDE”. Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei Ordinária Legislativo de N° 080/2024.

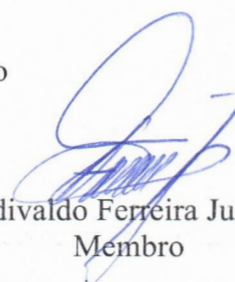
Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 22 de outubro de 2024



Valdemir Oliveira Dias
Membro



Francisco Estrela Dantas Filho
Presidente



Edivaldo Ferreira Junior
Membro

PARECER JURÍDICO

AUTORIA: VALDEMIR OLIVEIRA DIAS

ASSUNTO: DISPÕES SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.

EMENTA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 080/2024, DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DO TERREIRO DE KETU-FÃ, YLÊ ASÉ OMÍN YÍA LODO IDE. POSSIBILIDADE

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária Legislativo Nº 080/2024 de autoria do Ilmo. Vereador Valdemir Oliveira Dias, objetivando declaração de utilidade pública pública da **Associação do Terreiro de KETU-FÃ, YLÊ ASÉ OMÍN YÍA LODO IDE**, CNPJ: 53186162/0001-22, com endereço sito a Avenida Três, Rua 09, Lote 77, Loteamento Vila Eliza Bairro Espírito Santo, Cep 45038-375.

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo, foi apresentado com a respectiva justificativa, demonstrando os motivos justificadores para a declaração de utilidade pública da **Associação do Terreiro de KETU-FÃ, YLÊ ASÉ OMÍN YÍA LODO IDE**.

II- FUDAMENTAÇÃO

É importante destacar que o exame realizado por esta Assessoria Jurídica, nos termos da sua competência legal, cinge-se unicamente à matéria jurídica envolvida, quanto aos aspectos de constitucionalidade e de legalidade das proposições legislativas, tendo por base os documentos juntados.

Por essa razão, não há, no presente parecer jurídico, qualquer juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos agentes políticos.

Outrossim, é imprescindível ressaltar que a finalidade do parecer é possibilitar que as deliberações da Casa Legislativa se desenvolvam com maior conhecimento do assunto e, em



consequência, com maior adequação ao interesse público, possuindo apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante.

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo, em análise, está fundamentado na Constituição federal do Brasil de 1988, e na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, conforme pode ser verificado nos artigos abaixo colacionados:

Da Constituição Federal de 1988:

“Art. 30 Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
[...]

Da lei Orgânica do Município:

“Art. 41 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:
[...]
IV - leis ordinárias;
[...].”

A matéria em análise, adequa-se perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa asseguradas ao Parlamentar, insculpidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, pois, trata do reconhecimento do fim público de determinada entidade privada a fim de que esta possa gozar de eventuais benefícios legais. Mais que um título honorífico, trata-se do reconhecimento pelo Município de que a entidade coopera na consecução de serviços públicos.

A pessoa jurídica constituída com o fim exclusivo de servir à coletividade terá os benefícios que a lei lhe conferir. Assim, a declaração de utilidade pública serve, em última análise, como ferramenta de que dispõe o ente político para estimular a atuação suplementar de entidades privadas em áreas como a assistência social, educação, cultura e esporte, Art.23 da CF/88.

Do ponto de vista da legalidade o presente Projeto de Lei Ordinária Legislativo não afronta qualquer outro dispositivo legal, quer seja constitucional ou infraconstitucional. Analisando-se, a



(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto estão respaldadas no texto Constitucional e na legislação municipal pertinente.

Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei Ordinária Legislativo de Nº 080/2024, não merece qualquer reparo.

III - CONCLUSÃO

Por tudo que restou demonstrado, data máxima vênia e contumaz respeito pela proposição legislativa de autoria do Ilmo. Vereador Valdemir Oliveira Dias, esta assessoria jurídica OPINA **favoravelmente** pela legalidade, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei em referência, estando à proposição em plenas condições para apreciação das Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

Por derradeiro, explicita-se que o presente parecer é opinativo, não vinculando as comissões permanentes, nem tão pouco refletindo o pensamento dos nobres edis, que deverão apreciar o presente projeto de Lei.

Este é, salvo melhor juízo, o parecer.

Vitória da Conquista – Ba, 18 de outubro de 2024.

Leandro Almeida Aguiar
OAB-BA 22.745
Procurador Jurídico das Comissões